

CORPO-INTÉRPRETE E SURDEZ: O CONFRONTO DE FORMAÇÕES DISCURSIVAS NA ARRISCADA ORDEM DO DIGITAL

The body-interpreter and deafness: coping with discursive formations within the risky digital order

Elaine de Moraes Santos

Lucas Brites Leque

SuDiC/CNPq-UFMS

Resumo: O aumento significativo de usuários da internet no Brasil tem permitido a sujeitos diversos experimentar a *arriscada ordem dos discursos* (FOUCAULT, 2010b) digitais, produzindo novas práticas comunicativas ou assumindo novos papéis. Paralelo a esse movimento, com a maior disseminação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a partir da promulgação da Lei nº 10.436/2002 e da publicação do Decreto 5.626/05, que a regulamenta, professores, pesquisadores, movimentos sociais e a sociedade em geral passaram a assumir posições diferentes a respeito de binarismos ligados à surdez: o como se deve dar a educação de surdos e em que condições se é legítimo realizar/disponibilizar uma tradução/interpretação na língua de sinais. No segundo binarismo, inquieta-nos, principalmente, olhar para o papel que é exercido pelo “corpo-intérprete” que realiza/veicula em redes sociais traduções em Libras de produtos midiáticos populares, fazendo de sua corporeidade um verdadeiro arquivo gestovisual. Das *condições de possibilidade* (FOUCAULT, 2010b) desse cenário plurissignificativo, buscamos contribuir com o debate acerca da temática, delineando, sob os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de Língua Francesa (AD), no diálogo com diferentes perspectivas que discutem a surdez, as condições de emergência que fizeram do espaço digital do *Facebook* e do *Youtube* uma espécie de arena que permite uma *escritorialidade* (GALLO, 2012) singular, no confronto entre *Formações Discursivas* (FOUCAULT, 2010a) distintas em torno da surdez.

Palavras-chave: Corpo-intérprete; Formações discursivas; Ordem digital; Surdez.

Abstract: The significant increase of Internet users in Brazil has triggered several people to deal with the *risky order of [digital] discourses* (FOUCAULT, 2010b), featuring new communication practices or undertaking new roles. Coupled to this movement and due to a greater dissemination of Brazilian Sign Language (Law 10.436/2002) and to the publication of Decree 5.626/05, teachers, researchers, social movements and society have taken different stances on the two binary modes linked to deafness, or rather, how may education be imparted to deaf people and in what conditions is it legitimate to make available a translation/interpretation of sign language. Our concern is with the second binary mode, especially the role of the body-interpreter who undertakes and vectors translations of popular media products in Sign Language through the social networks by converting corporality into a real gesture-visual file. In the wake of *possible conditions* (FOUCAULT, 2010b) of such a pluri-significant scenario, current paper is a contribution on a debate on the theme. Through the theoretical and methodological presuppositions of French Discourse Analysis and within a dialogue with different perspectives that discuss deafness, we endeavor to delineate emergency conditions that transformed Facebook and Youtube digital space into an arena that allows a type of unique *writing-orality* (GALLO, 2012) for the altercations between different *Discursive Formations* (FOUCAULT, 2010a) on deafness.

Keywords: Body as interpreter; Discursive formation; Digital regime; Deafness.

Introdução

Respeito à LIBRAS! Diga não à banalização do seu uso! LIBRAS é identidade e cultura surda! É do surdo, é para a comunicação do surdo e não admite distorções ouvintistas! (Comentário de uma usuária do Facebook, ao compartilhar a nota de repúdio que foi postada pela FENEIS São Paulo, em 13 de julho de 2016).

Como querem discutir sobre a importância de cada uma das escolas, se dão voz na maior parte da reportagem para aqueles que defendem as escolas ditas inclusivas (mas que na maioria das vezes não são)? [...] Por que não perguntaram aos surdos? (Comentário que uma usuária do Youtube realiza acerca de um vídeo disponibilizado em 19 de outubro de 2011, em que se discute qual a melhor forma para educação dos surdos).

As exclamações constantes na primeira sequência enunciativa, usada como epígrafe, tecem mais páginas à escrita da história sobre a surdez no Brasil, e em especial sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) - uma língua gestovisual que, na fala da usuária do *Facebook*, está atrelada à identidade e à cultura surdas. Na ordem discursiva dessas relações de pertencimento mencionadas por ela - “é do surdo, é para a comunicação do surdo”, supera-se, pois, qualquer concepção tradicional que liga univocamente uma língua(gem) a um corpo humano. Trata-se, no caso em questão, da relativização do social da língua, da filiação a pressuposto que agencia quais sujeitos podem ou não recorrer aos saberes sobre a língua de sinais e em que situação lhes é adequado fazê-lo.

A postagem da usuária do *Facebook* constitui um dos cento e dois compartilhamentos realizados nessa rede social de um acontecimento discursivo específico: a divulgação de uma moção de repúdio, realizada pela Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - de São Paulo, em 13 de julho de 2016, acerca da circulação de vídeos de ensino e de tradução/interpretação da Libras/Língua Portuguesa na internet. Na moção, tais produções audiovisuais são caracterizadas como práticas que “desqualificam a Libras como língua e maculam a imagem dos surdos enquanto sujeitos autônomos, cidadãos de direito e principais usuários desta língua” (FENEIS-SP, 2016, s/p.).

Já nos recortes de interrogações que compõem a segunda sequência enunciativa da epígrafe, a internauta questiona, com perguntas retóricas, a legitimidade da reportagem postada no *Youtube*, apontando silenciamentos informacionais e a falta de participação dos surdos nas entrevistas exibidas, dado que a temática era qual a melhor forma de educação dos surdos. No funcionamento discursivo do site de compartilhamento de conteúdo multimídia, então, a usuária, de espectadora do vídeo

exibido pelo Telejornal “Repórter Assembleia”, passa à autora-produtora da primeira avaliação pública sobre o assunto e sobre a forma como ele foi midiaticizado, promovendo na seção “comentário” dessa rede o direito à voz também para a chamada *instância de recepção* (CHARAUDEAU, 2006). A singularidade desse tipo de produção discursiva, tão recorrente na contemporaneidade, nos é inquietante, na medida em que redefine o que, antes, era de domínio apenas da mídia, entendida aqui enquanto um “conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana” (LIMA, 2004, p. 50).

Na circulação de manifestações como as apontadas na epígrafe, podemos visualizar como o aumento significativo de brasileiros com acesso à internet permitiu que sujeitos diversos experimentassem a mobilidade inerente à arriscada ordem dos discursos digitais, produzindo novas práticas comunicativas ou assumindo novos papéis.

Além disso, com a maior disseminação da Libras a partir da promulgação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, bem como da publicação do Decreto 5.626/05, que a regulamenta, professores, pesquisadores, movimentos sociais e a sociedade em geral têm cada vez mais difundido conteúdos e se posicionado acerca de pelo menos dois binarismos ligados à surdez: o como se deve dar a educação de surdos e em que condições se é legítimo realizar/disponibilizar uma tradução/interpretação da língua de sinais. Nesse cenário, inquieta-nos, principalmente, a discursivização sobre o papel exercido pelo corpo-intérprete que realiza/veicula em redes sociais traduções em Libras de produtos midiáticos populares - músicas sertanejas, funks, forró e demais *hits* de consumo no país, fazendo de sua corporeidade um verdadeiro arquivo gestovisual.

Da historicidade desse contexto plurissignificativo, nossa hipótese é a de que as novas mídias digitais transformaram-se em uma espécie de arena que permite uma Escritorialidade (GALLO, 2012) singular para o confronto entre Formações Discursivas (FDs) distintas em torno da surdez. A noção de Escritorialidade é fundamental para a proposta que apresentamos, porque ela permite analisar tais manifestações a partir de uma perspectiva discursiva, compreendendo como as bordas não delineadas da autoria nesses ambientes, as margens não estabilizadas, possibilitam a circulação do corpo e da “voz” por uma multiplicidade de sujeitos.

Pelo conceito de FDs, busca-se definir o que é e o que não é um discurso dentro de uma produção histórica do saber, já que, para Foucault (2010a), analisá-las significa localizar os objetos do saber em seu acontecimento discursivo. Dada a irrupção histórica

de distintas FDs acerca da educação de surdos, da interpretação para a língua de sinais e dado o próprio papel da Libras no país, interessa-nos contribuir com o debate, delineando, sob os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de língua francesa (AD), no diálogo com diferentes perspectivas que discutem a surdez, as condições de emergência que fizeram do espaço digital do *Facebook* e do *Youtube* esse lugar de escritorialidade no confronto de formações discursivas.

No cumprimento de tal propósito, como recorte de um projeto de pesquisa maior, nosso percurso neste texto se organiza em cinco seções. Na primeira, focalizamos a existência e o que configura duas FDs ligadas à educação de surdos. Na segunda seção, explicitamos a relação entre o conceito de Escritorialidade e o funcionamento das novas mídias digitais. Na sequência, a noção que propomos de corpo-intérprete é esboçada a partir do que configura o funcionamento da tradução/intepretação da Libras/Língua Portuguesa. Na quarta seção, realizamos um gesto de leitura da reportagem intitulada “Qual é a melhor forma de educar crianças surdas: na escola regular ou na especializada?”, disponibilizada no *Youtube* pela TV Assembleia, como um exercício analítico do primeiro binarismo, quando em rede. Por fim, na última seção, analisamos um acontecimento histórico-discursivo específico - a publicação no *Facebook* pela Feneis da moção supracitada, a qual discursiviza o corpo-intérprete no interior de um ato de repúdio.

Binarismo discursivo em torno da surdez

Um olhar de cidadania sobre a comunidade surda é algo recente na escrita da história sobre a surdez em várias partes do mundo, pois, através de práticas seculares de *disciplinarização* (FOUCAULT, 2009) dos corpos, com tentativas forçadas de oralização, submissão a processos cirúrgicos ou através do próprio enclausuramento do indivíduo, sociedades diversas tentaram normatizar o sujeito surdo - o qual era tido como ser patológico. No cerne de tais processos de coerção, vemos que, para além do valor punitivo inerente a cada tentativa de padronizar a *materialidade corporal* (FOUCAULT, 2010c) do surdo, desprezava-se sua cultura e suas diferenças, ignorando que o corpo é “superfície de inscrição dos acontecimentos [...] lugar de dissociação do Eu” (FOUCAULT, 2008, p. 267).

Muitos capítulos dessa escrita ainda estão sendo tecidos, mas já se delinea uma visão transformada no Brasil graças ao histórico de luta e de conscientização de

movimentos sociais e de estudiosos que, ao longo dos últimos anos, buscaram difundir os modos de significação e interação social da comunidade surda, cobrando o desenvolvimento de práticas inclusivas, que garantam efetivamente a esses sujeitos cidadania e igualdade de direitos. O resultado de tais empreendimentos desencadeou o surgimento e a implementação de políticas educacionais que asseguram o direito do surdo à educação, respeitando suas particularidades linguístico-culturais. Uma das marcantes conquistas nesse aspecto insurge com a criação da Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002 e sua regulamentação pelo Decreto 5.626/05, legitimando a Libras como língua materna das comunidades surdas brasileiras e dispoendo sobre o direito dos surdos à aquisição da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita.

A compreensão do impacto e da importância dos direitos conquistados pela comunidade surda atualmente advém de um legado histórico no qual o olhar social sobre o indivíduo surdo, desde a Antiguidade Clássica, é estigmatizado, dada a corrente concepção de língua enquanto articulação de som que imperava no período. Essa leitura da surdez resultou em séculos de negação da própria natureza humana dos surdos e umas das mudanças efetivas nessa perspectiva se iniciou na década de 60, quando Willian Stokoe atribuiu status linguístico à língua gestovisual americana, pontuando que a comunicação por sinais então praticada pela comunidade surda nos Estados Unidos atendia a todos os requisitos de língua natural (DALLAN, 2013; SLOMSKI, 2012; QUADROS & KARNOPP, 2004; NOGUEIRA, 2012).

A partir de tal estudo, uma revisão do conceito de língua e uma ressignificação da surdez passou a ocorrer também em outros países. Como precursor, ele promoveu uma mudança de paradigma: a surdez passou a ser concebida como diferença linguístico-cultural. É desse fato histórico que começa a ser possível o reconhecimento, mesmo que tardio, da existência de um indivíduo surdo, de um corpo surdo, um indivíduo/corpo que é dotado de identidades e culturas, “um indivíduo multifacetado, parcial, plural e nunca homogêneo” (LUNARDI, 2015, p. 161).

Voltando ao contexto brasileiro, os acontecimentos desencadeados pelo reconhecimento da língua de sinais – como o desenvolvimento de capacitação docente na área, a obrigatoriedade do ensino da Libras em cursos de licenciatura e de fonoaudiologia e a criação de curso superior para formação de tradutores/intérpretes – permitiram ao sujeito surdo o direito a uma educação *bilíngue* (QUADROS, 2015; SLOMSKI, 2012) e *multicultural* (KELMAN, 2015).

Independente da legitimidade dos direitos adquiridos, vemos que a necessidade de sua consolidação gerou a circulação de pelos menos duas FDs no país, as quais recorrem a saberes de natureza distinta em defesa da educação inclusiva do surdo em escola regular, de um lado e, em defesa da ampliação do contingente de escolas ou salas específicas bilíngues, de outro.

Como primeira FD, podemos situar os pressupostos de Slomski (2012), Skliar (2015) e Lopes (2015), que defendem o quanto ou escolas específicas podem favorecer trocas culturais e o fortalecimento do próprio discurso do surdo e de sua identidade, no convívio com seus pares, sejam eles professores, técnicos e/ou outros alunos surdos:

[...] ao defender-se uma cultura surda, não se está pretendendo incentivar a criação de grupos à parte, de minorias alheias à sociedade majoritária; antes, se está pretendendo reconhecer as variadas 'especificidades culturais', manifestadas na língua, nos hábitos e modos de socialização do desenvolvimento cognitivo, que dão origem a uma 'cultura' diferenciada" (SLOMSKI, 2012, p. 57).

Como segunda, Bueno (2012) é dos exemplos de teóricos que refutam tais argumentos e incentivam a inclusão do surdo na escola regular. Para ele, o discurso em prol da escola específica é uma forma individualista de olhar a educação de surdos, pois ela contribui para o aumento das diferenças, impedindo o que considera que deveria ser o princípio de uma convivência democrática entre sujeitos:

[...] a rejeição a qualquer tipo de interlocução que muitos do grupos ativistas de surdos demonstram em utilizar a língua oral, mesmo quando alguns integrantes deles são sabidamente proficientes, expressam uma visão política de rechaçamento de qualquer possibilidade de interlocução entre indivíduos, interpondo-se, entre os dois a figura do intérprete, como se esse pudesse expressar melhor o que o ouvinte fala e tornar mais clara a expressão do indivíduo surdo (BUENO, 2012, p. 109).

Nosso posicionamento diante desse embate mantém filiação às posições defendidas por Giordani (2010) e Dallan (2013). As autoras ressaltam a emergência de uma superação do binarismo cujo foco maior fica restrito ao local de ensino em detrimento de reflexões a respeito da própria questão estrutural que subjaz a aprendizagem de pessoas surdas. A relevância dessa concepção concentra-se, pois, no pressuposto de que a superação de um modelo excludente de educação "é o resultado de uma série de transformações políticas, culturais e sociais que vão muito além de uma discussão do tipo de educação especial versus educação regular" (GIORDANI, 2010, p. 69).

Dentre as questões que merecem atenção nesse aspecto, o trabalho com a aquisição da escrita é um exemplo bastante pertinente a fim de que as produções textuais da criança surda não sejam estigmatizadas em virtude da adoção de *metodologias fadadas ao monolinguismo* (MAHER, 2007; CAVALCANTI, 1999), por ainda manterem uma tradição contaminada pelo *mito da homogeneidade linguística* (BAGNO, 2015). Logo, independente da forma de educação escolhida para os surdos – regular ou específica – é fundamental a adoção de abordagens que reconheçam o potencial linguístico desses sujeitos.

Embora divergentes, as FDs que apresentamos até aqui, na explicitação do primeiro binarismo discursivo, possuem pontos de consonância igualmente significativos, a saber: a aceção da Língua Portuguesa como segunda língua (L2); o direito de sua aquisição visando à modalidade escrita e a adoção de uma abordagem que preze por produções textuais contextualizadas e que digam respeito a práticas efetivas de interação social, sobretudo com o apoio das tecnologias que permitam a exploração do visual.

Como se vê, refletir a respeito dessa temática é realizar um mergulho na historicidade não apenas restrita ao confronto de duas FDs, mas em um conjunto de relações de força, legitimadas tanto por demandas sociais quanto por políticas linguístico-discursivas recentes. Dentro desse contexto de disputas, passaremos, no tópico a seguir, a um breve delineamento das especificidades que permeiam a discursividade digital, já que elas serão fundamentais ao processo analítico de nossos objetos.

Escritorialidade e (n)as mídias digitais

Um exame das maneiras de comunicação e interação social que são próprias ao ambiente digital passa pelo fato de que esse universo remodela as formas de comunicação, deslocando o prestígio da escrita e direcionando-se à produção de textos que são frutos de uma ruptura à linearidade e da inauguração de estruturas peculiares à hipertextualidade. Tal dinâmica tem propiciado, no *Youtube* ou no *Facebook*, por exemplo, novas possibilidades de sociabilização pela língua de sinais através da criação/circulação de vídeos compostos de uma miscigenação entre a modalidade oral-auditiva da linguagem e a gestovisual.

Nesses ambientes digitais, “as noções centrais de interação, como tomada de turno e face a face, funcionam de maneira diferente com os dados *online*. Noções de autor e público tornam-se ainda mais complexas”. (BARTON & LEE 2015, p. 13). Isso acontece porque a geração cada vez mais frequente de conteúdos na *web* torna menos explícitas as margens que delineiam o espaço limítrofe entre a dizibilidade do autor e a do leitor-usuário. Além disso, pensar na circulação de textos em discursividades *online* passa por uma reconfiguração para o significado do que é concebido como textual, destituindo-lhe de qualquer ligação com o estável da linguagem, dado que “eles estão mais fluidos com as virtualidades mutantes das novas mídias” (BARTON & LEE 2015, p. 31).

A *prática discursiva* (FOUCAULT, 2010a) manifestada em ambiente digital cria para os sujeitos uma mobilidade natural e constante nas posições de ler/produzir conteúdo. Nela, o compartilhamento de um texto pode ser quase simultâneo ao engajamento de usuários cujas ferramentas de interação permitem selecionar, opinar, comprometer-se; permitem, pois, uma interatividade “que não se restringe ao uso e à apreensão das técnicas, mas, sobretudo, envolve a maneira como os indivíduos se relacionam, aprendem e têm acesso às informações” (ZACHARIAS, 2016, p. 23).

A partir desse princípio, as novas mídias digitais constituem o lugar de inscrição do sujeito na produção de discursos diversos, com uma possibilidade ampliada de se fazer autor, mero receptor, reproduzidor ou reorganizador de discursos. A cada incursão de sujeitos no universo *online*, entretanto, novos sentidos são produzidos e a constante produção de deslocamentos que se efetuam nas mais diversas ordens fazem parte desse funcionamento, inclusive impondo limites que são próprios mesmo em espaços de democratização, quando se pensa, por exemplo, no respeito a princípios éticos, nas restrições de acesso por idade, nas questões operacionais que são inerentes às interfaces, etc.

Nas multifaces do chamado ciberespaço, então, vemos a materialização de uma nova ordem discursiva para os sujeitos *online*. Por meio dela, de forma síncrona ou assincronicamente, o sujeito tem à disposição o entremeio entre a provisoriedade, a mobilidade e a interrupção – tão típicas das interações orais – e entre as restrições que são próprias à configuração da palavra escrita, com paragrafação, uso de pontuação, linearidade e efeito de autoria.

Pensar esse entremeio ou qualquer de suas arestas é um convite à reflexão sobre duas categorias discursivas diferentes e interligadas que Gallo (2008; 2011; 2012; 2016) tem designado por Discurso de Escrita (DE) e Discurso de Oralidade (DO). No primeiro

deles, estão as dizibilidades institucionalizadas, dotadas de poder, as quais garantem legitimidade às suas formas de circulação/formulação nos diferentes domínios a que estão vinculadas (discurso científico, discurso jurídico, discurso midiático, discurso político, discurso religioso, discurso pedagógico). Trata-se, segundo a autora, de um discurso que, além de possuir unidade, “fecho” e efeito de fim, decorre como “textos públicos, publicados, com efeito de autoria, um efeito produzido pelo próprio Discurso da Escrita e que recai sobre o sujeito desse discurso” (GALLO, 2011, p. 414).

A ligação desse DE com a autoria emerge, assim, como “um efeito que emana dos discursos estabilizados, legitimados e que ressoam nos sujeitos aí inscritos” (GALLO, 2011, p. 414), como um efeito-autor. A noção de efeito-autor interessa sobretudo para a investigação que propomos, uma vez que ele é “resultante do confronto de formações discursivas com nova dominante em um acontecimento discursivo” (GALLO, 2012, s/p.). A relevância dessa concepção reside, então, no fato de que, de acordo com Gallo (2008), a autoria só se funda em circunstâncias de confronto, de legitimação de grupos muitas vezes minoritários em oposição a uma cultura feita para a norma, como se constitui o terreno movediço em que trilhamos, quando o assunto é pensar o papel da surdez e tudo que dela subjaz, no cenário em que a Língua Portuguesa e a cultura ouvinte ainda se perfazem majoritárias.

No segundo discurso – Discurso de Oralidade (DO) – estão, por outro lado, “textos originados na oralidade e que se caracterizam, hoje, não por serem oralizados” (GALLO, 2011, p. 415), e sim por não possuírem a legitimidade que é comum à escrita, por serem marcados de provisoriade, de fugacidade, de uma dizibilidade inacabada, na medida em que não se fecham em um produto final típico, como de escrita; na medida em que se mantêm abertos e passíveis de reformulação.

A compreensão do Discurso de Escrita e do Discurso de Oralidade passa, entretanto, pela não filiação aos pressupostos pré-concebidos acerca das nomenclaturas utilizadas em uma ou outra discursividade. No DE,

[...] estão inscritos textos grafados (produzidos pela mão) ou oralizados (produzidos pelas cordas vocais) e igualmente no discurso de Oralidade. Portanto não se trata de uma distinção que tem na base critérios superficiais, absorvidos do produto final (grafia ou som), mas se trata de uma distinção que tem na base critérios relacionados à filiação desses sentidos, uns alinhados à letra, às letras, à lei, etc; outros filiados à anotação, ao instantâneo, ao descartável (GALLO, 2008).

Isso significa entender que, em termos discursivos, a historicidade e as relações de poder garantem um feixe complexo de possibilidades, de intercâmbio de posições e de prevalência a qual permite que a escrita “uma vez instituída, passa a ser também oralizada, assim como a oralidade passa a ser passível de ser grafada” (GALLO, 2016, p. 4). A autora ratifica sua escolha pela manutenção das nomenclaturas justamente como um meio de, com elas, tornar visíveis os deslocamentos inerentes a uma análise discursiva, por um lado e, por outro, evocar a historicidade por meio da qual seja possível perceber que “há muito se perdeu a correspondência entre forma gráfica e Escrita; e forma vocalizada e Oralidade” (GALLO, 2016, p. 4).

A combinação dos modos de funcionamento desses dois discursos é um processo cada vez mais concreto na internet, em especial a partir das novas mídias sociais. Sua democratização nos últimos anos permitiu, como temos apontado, que concepções em torno da surdez adquirissem maior visibilidade. Somado a isso, o sujeito surdo, como produtor de sentidos sobretudo em experiências visuais pode ter, diante de si, uma forma maior de sociabilização no universo da escrita digital, tanto compartilhando suas produções em língua de sinais quanto acessando conteúdos que começam a circular também na forma de materiais gestovisuais. Na arriscada ordem do digital,

cada vez se diluem mais as fronteiras históricas, sociais e ideológicas que separam as duas formas de produção de sentido, aquela originada na discursividade oral e aquela originada na discursividade escrita. Isso porque todo sujeito que tem acesso às novas mídias e à internet, pode ter acesso aos novos (e instantâneos) meios de legitimação de sua produção. Esse sujeito pode ser autor de um blog, ou de um vídeo no Youtube [...], sem ter passado pelos rituais da escrita e do Discurso da Escrita (GALLO, 2011, p. 418).

Na esteira das contribuições das categorias discursivas estabelecidas pela autora, a perspectiva de análise que propomos entende que, quando um sujeito - surdo ou ouvinte - realiza o *upload* de um vídeo (em qualquer língua ou em qualquer modalidade) e promove sua circulação no *Youtube*, ele se insere na rede e se coloca como alguém autorizado a dizer. É nesse terreno teórico que convocamos a noção de Escritorialidade, proposta por Gallo (2012, s/p.), como:

[...] um discurso sem as margens estabilizadas, um discurso ele próprio desestabilizador, na medida em que produz efeito de autoria sobre sujeitos não alinhados às conhecidas instâncias de poder, que são próprias dos processos discursivos identificados ao Discurso de Escrita.

Desse modo, uma postagem em *timeline*, o compartilhamento de um arquivo ou o ato de fazer circular uma *hashtag*, assim como outras manifestações em ambientes digitais, são forma de produção de discursos. É claro que, nesse processo produtivo, tanto a cultura surda quanto a cultura ouvinte, agora disponíveis para surdos e ouvintes por meio das tecnologias, produzem deslocamentos nos conteúdos e sujeitos, sobretudo constituindo novas relações com a autoria, novas posições. No Discurso da Escritorialidade, “multiplicam-se os autores, na medida em que se multiplicam os textos com efeito de unidade, de fechamento e de legitimidade, sem lastro institucional [...] a própria autoria constitui-se, hoje, em uma categoria em causa. O que é ser autor na contemporaneidade?” (GALLO, 2011, p. 414).

Na esteira do objetivo geral em que nos lançamos, para além desse olhar destinado ao discurso em si que circula em rede, como discurso de Oralidade, de Escrita ou de Escritorialidade (em suas relações subjacentes com o efeito de autoria), cabe resgatar a problemática do corpo, mais especificamente do que estamos designando por corpo-intérprete, em uma incursão que, aqui, funciona apenas como um prenúncio de reflexões que estamos desenvolvendo no âmbito do projeto de pesquisa maior em que este texto se insere apenas enquanto um recorte^[1].

O corpo-intérprete de Libras

Refletir sobre a emergência do corpo em um caminho analítico que o insira na “arriscada ordem de discursos” (FOUCAULT, 2010b, p. 7) é trilhar, de uma abordagem histórico-discursiva ou social a uma investigação de ordem biológica desse corpo, a concepção de que nele se instalam e se interpõem relações orientadas pelo convívio constante e bélico dos eixos poder e saber.

Segundo Courtine (2013, p.12-13), no terreno científico, especialmente no que denomina por “cena do teatro filosófico”, o corpo constitui “uma invenção teórica recente”, já que, desde Descartes, a preocupação com a alma pareceu mais significativa até a virada do século XX. Assim, “o despontar do corpo como objeto do saber data da virada do século”.

No campo discursivo, a focalização do corpo já é bastante difundida em problemáticas de recortes distintos. A nosso ver, entretanto, situá-lo em uma anatomia própria às experiências virtuais é uma atividade que pressupõe, emprestando as palavras de Courtine (2013, p. 11), “manter-se sensível à irrupção repentina de objetos

discursivos inéditos". Nesse sentido é que nosso destaque à ordem do digital propõe olhar não para um ineditismo concreto, se é que seja possível pensá-lo no domínio do já-dito da AD francesa, mas propõe enveredar por um caminho ainda tímido no rol de trabalhos destinados a estudar o papel do intérprete de Libras; propõe vê-lo como um sujeito-corpo que interpreta, como um corpo-intérprete.

De acordo com Bartolo (2004), qualquer objeto do conhecimento só tem existência a partir, de um lado, de operações que o determinam e, de outro, da presença de um corpo. Afeitos ao pressuposto do autor de que análises do ambiente virtual "tendem, muitas vezes, a mobilizar a atenção para as características do ambiente [...] de tal modo que quase se perde de vista a existência de um sujeito, de um corpo, sem o qual todo aparato tecnológico seria estéril" (p. 305), é que salientamos o valor que a presença desse corpo adquire quando se trata de interrogar acerca da relação entre o uso da Libras em práticas de escritoralidade na internet e o sujeito-corpo em que se inscreve. Em nossa pesquisa, portanto, o corpo-intérprete é um arquivo humano/digital em práticas discursivas *online*, funcionando como um do lugar de escritoralidade.

Delineado o escopo teórico em que surge a denominação adotada aqui, podemos destinar a atenção ao fato de que, no rol das políticas linguísticas voltadas à surdez, como mencionado na primeira parte deste texto, está a publicação do Decreto 5.626/05, que regulamenta a chamada Lei de Libras, "prevendo a presença dos profissionais tradutores-intérpretes nas escolas e nas salas de aula a partir do ensino fundamental - segunda etapa" (LODI & ALMEIDA, 2010, p. 90).

Embora referenciado e previsto pelo discurso da legislação, o lugar que esse discurso confere ao corpo-intérprete que atua em contexto educacional é o mesmo conferido aos sujeitos alunos nos espaços escolares: o do Discurso de Oralidade, "aquele que se estende sem 'fecho' e sem efeito-autor, ou melhor, com efeito autor irrelevante" (GALLO, 2008, p. 212). O aluno que escreve na escola tem, ali, apenas um lugar de autoria provisória, assim como o corpo que interpreta em língua de sinais porque, ao não fazer parte de um domínio legitimado, o aluno não vira autor só porque escreve textos. De igual forma, o corpo-intérprete não é o professor cuja prática conta com a legitimação do discurso pedagógico, ou seja, a autoria, enquanto um efeito, só se concretiza no Discurso de Escrita (GALLO, 2008).

O corpo-intérprete, em contexto educacional, é um corpo que, embora exerça um papel de mediação extremamente relevante para a produção de sentidos, ele realiza apenas a paráfrase, no sentido discursivo. Ainda assim, "o grau de efeito-autor nunca é

exatamente zero, já que sempre há uma zona do reconhecível para que o sentido seja interpretável” (GALLO, 2008, p. 213).

De maneira geral e por outro lado, o sujeito tradutor-intérprete de Libras/Língua Portuguesa é um profissional que, além de realizar a tradução de textos de uma língua para a outra, também atua na mediação comunicativa entre pessoas surdas, que fazem uso da Língua Brasileira de Sinais, e pessoas ouvintes, que adotam a Língua Portuguesa, “permitindo a comunicação entre duas culturas distintas” (MARCON, 2012, p. 238).

Segundo Sobral (2008), interpretar um conteúdo em Libras é produzir uma atividade discursiva em que são respeitados o que se comunica, a situação e com quem se comunica. Nessa perspectiva, então, o processo de interpretação pressupõe o conhecimento de um duplo sistema de produção de sentidos. Nascimento (2011), por sua vez, adotando o pressuposto dialógico da teoria bakhtiniana, defende a tradução/interpretação como um ato enunciativo-discursivo, ou seja, como uma atividade realizada em situação comunicativa real, com sujeitos organizados histórica e socialmente, os quais, em sua prática interacional, mobilizam aspectos de dimensão linguística, discursiva, ideológica e situacional para a produção de novos gêneros do discurso.

De posse da visão quanto ao funcionamento do processo interpretativo, focalizaremos, na próxima seção, o modo como é discursivizado o primeiro binarismo no *Youtube*.

O binarismo sobre a educação de surdos no *Youtube*

O binarismo discursivo focalizado no item 1 deste texto também circula nos *ditos e escritos*^[2] digitais, em manifestações variadas no *Youtube*, um *site* tradicionalmente conhecido como um sistema de compartilhamento de conteúdo multimídia.

Para focalizá-lo selecionamos, no canal da Assembleia de Minas Gerais, a reportagem que anunciamos na introdução, intitulada “Qual é a melhor forma de educar crianças surdas: na escola regular ou na especializada?”, que foi disponibilizada em 19 de outubro de 2011, com 5 minutos de duração. Nela, o Telejornal “Repórter Assembleia” (TV Assembleia) explicita como “pais e professores divergem sobre qual a melhor forma de fazer com que as crianças aprendam mais: na escola regular ou na escola especializada” (transcrição livre da fala de abertura da apresentadora, ao anunciar o vídeo com a matéria).



Figura 1. Captura de tela realizada pelos autores.

O vídeo inicia mostrando o exemplo bem-sucedido de uma aluna surda, Ana (nome fictício), a qual é exibida de forma totalmente integrada em uma sala regular, contando com auxílio de uma intérprete e com manifestações de apoio de alunas ouvintes que procuram aprender a língua de sinais a fim de interagir com a colega. Segundo o repórter Heitor Peixoto, “a opção por uma escola regular foi da mãe. Ela chegou a visitar um instituto só para surdos, mas o modelo não agradou” (tradução livre). Entrevistada, a mãe da aluna relata sua preocupação com a preparação para o convívio social da filha: “eu achei que, assim, preparava só pro mundo deles, né. E na verdade aqui fora, se ela ficasse sentada só no mundo dos surdos, né, que aqui fora ela ia ter uma dificuldade” (transcrição livre). Em sua fala, como se vê, a voz materna focaliza o instituto específico, pelo uso do pronome de terceira pessoa, como exterior ao seu: “mundo deles” e “mundo dos surdos”, separando-o dos demais espaços de convivência em sociedade no qual, como mãe ouvinte, ela se insere: o ambiente que denomina por “aqui fora”. Pela natureza dêitica do advérbio pronominal “aqui” empregado nessa fala, temos acesso a um sujeito que explicita a dualidade no segmento do qual fazem parte a mãe ouvinte, de um lado, e a filha surda de outro.

Na sequência dessa primeira exibição de opinião, o repórter explica a inclusão em sala regular como recomendação Ministério de Educação (MEC), afirmando que essa prática é seguida pela rede estadual de educação em MG. Para ratificar a política linguística mencionada, o telejornal mostra parte da entrevista realizada com a Luíza (nome fictício) - Diretora de Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação. De acordo com ela, a interação do surdo com o universo ouvinte no espaço da sala regular, em que também o surdo possa compartilhar os conhecimentos, é fundamental.

Como exemplos da segunda FD, o repórter anuncia os casos de pais que preferem escolas específicas, dado que suas experiências com turmas inclusivas trouxeram, nas

palavras do jornalista, “más lembranças”. A dona de casa Margarete (nome fictício), por exemplo, quando entrevistada, lembra as dificuldades enfrentadas pelo filho até onze anos de idade na sala regular, local em que, segundo ela, a criança “não conseguiu aprender nada [...] só copiava, mas o entendimento, a alfabetização, não estava acontecendo, porque ele era o único aluno surdo dentro de uma sala de aula de quarenta alunos”. O relato dessa mãe resgata uma realidade muito comum no Brasil: a existência de turmas grandes sob a responsabilidade de um único professor e a falta de capacitação docente necessária à adoção de metodologias próprias, em consonância às necessidades linguístico-culturais que são próprias aos alunos surdos.

Em todas as interações, que foram coletadas pelo jornalismo de forma síncrona, mas são (re)exibidas assincronicamente pelos sujeitos *online*, nós temos acesso a manifestações orais dos entrevistados, em discursos entrecortados, interrompidos e apresentados em uma sequência que não necessariamente configuram a ordem cronológica de suas ocorrências. Enquanto postagem no *Youtube*, elas representam apenas parte de um todo organizado nessa discursividade, que também dispõe, por outro lado, de título, da descrição resumida do conteúdo e de outras práticas legítimas ao texto escrito, configurando-se, assim, em práticas de escritorialidade.

Com 34.463 visualizações, 163 manifestações de aprovação (explicitadas pelo acionamento do mecanismo “gostei”, que é próprio a esse site de compartilhamento) e 1 manifestação no sentido contrário, a reportagem também apresenta 11 comentários de usuários, que se posicionam sobre o conteúdo exibido, e duas respostas emitidas pelo mesmo canal. Como nossa referência à reportagem aqui se configura apenas na explicitação das duas posições existentes, não faremos menção a todo o conteúdo do vídeo supracitado, mas julgamos pertinente perpassar os comentários gerados na ordem dessa discursividade digital por dois usuários contrários à escola inclusiva, que se posicionaram efetivamente acerca do conteúdo da reportagem. Por fins organizacionais, tais posicionamentos serão apresentados nas figuras 2 e 3, a seguir:

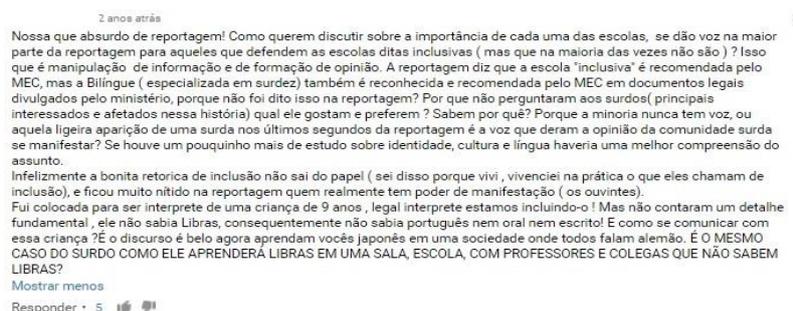


Figura 2. Captura de tela realizada pelos autores [3].

Na textualidade presente na figura 2, cujos recortes já serviram de epígrafe para este texto, a usuária da internet questiona, por uma série de perguntas retóricas e de afirmativas, a legitimidade da reportagem exibida pelo vídeo, apontando lacunas informacionais como o silenciamento do fato de que as escolas específicas também são reconhecidas/recomendadas pelo MEC, por exemplo, tal qual as inclusivas que são mencionadas pelo repórter. Na manifestação verbal do sujeito autor desse comentário, também há referências à falta de participação dos surdos nas entrevistas, como indivíduos que merecem um espaço de divulgação para a forma como veem o tema em discussão. Por fim, ao remeter às relações de poder que são inerentes ao caráter movediço desse assunto, a usuária do site descreve uma experiência sua como intérprete de Libras, para o atendimento de uma criança que não conhecia nem a língua de sinais nem a Língua Portuguesa, destacando, pelo uso de caixa alta que é próprio à escrita digitada, sua indagação quanto à forma não concreta com que a determinação da escola inclusiva pode ocorrer, já que, em alguns casos, as turmas não possuem condições efetivas de interagir.

Em outra participação, um usuário também mescla a caixa alta e a baixa, como marcas gráficas de enfatizar partes de seu posicionamento, veiculado por escrito:

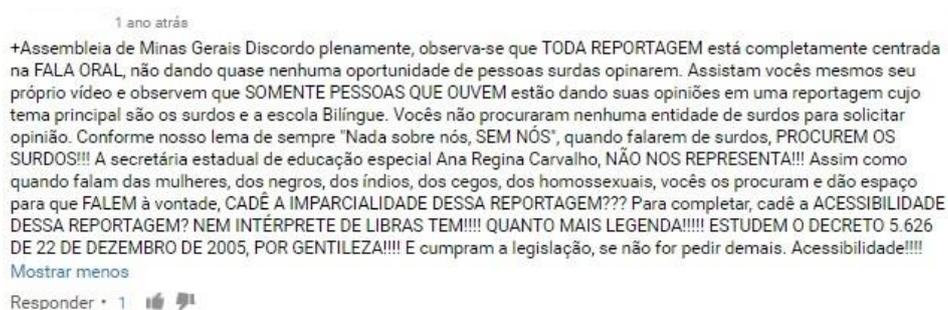


Figura 3. Captura de tela realizada pelos autores.

Na figura 3, o sujeito que se manifesta denuncia um enfoque oral como predominante na matéria e recupera o interdiscurso bastante comum no cenário político nacional - o da não “representação”, em referência à participação de uma Diretora, que foi entrevistada como uma autoridade na área capaz de explicar o entendimento da prática inclusiva pelos órgãos responsáveis pela educação no estado.

Indagando como falta de imparcialidade à reportagem, o sujeito autor/usuário desse comentário se mostra ciente de que “a mídia faz circular discursos sobre os surdos e sobre a surdez derivados de ‘regimes de verdades’ sobre esses sujeitos ao mesmo tempo em que cria um discurso próprio sobre eles” (THOMA, 2015, p. 132). O usuário

também interroga a ausência de participações de surdos, enquanto os mais interessados e afetados no assunto, e compara esse silenciamento ao que ele afirma ocorrer na mídia também no tratamento de outros indivíduos que situa implicitamente nesse grupo dos sem voz: “mulheres”, “negros”, “índios”, “cegos” e “homossexuais”. Além disso, seus ditos/escritos terminam por enfatizar a falta de acessibilidade da reportagem, a qual, de forma contraditória, ao discutir questões relacionadas à surdez o faz sem promover a interpretação simultânea em Libras, impedindo, assim, o acompanhamento pelos surdos.

A soma do conteúdo multimídia postado, com a materialidade que é própria à interface do *Youtube*, aos comentários de usuários e às demais ocorrências da linguagem escrita na tela (com seus efeitos de sentido) configura, pois, um lugar do Discurso de Escritorialidade desse binarismo na ordem do digital. Enquanto uma categoria cujas dicursividades possuem as características do DO, sua publicização, pelo site, é que favorece a produção de “um certo efeito de fim e de unidade, embora fugaz, confundindo-se, muitas vezes, com o discurso de Escrita” (GALLO, 2016, p. 2).

O corpo-intérprete na arriscada ordem dos discursos digitais

Para focalizar o segundo binarismo discursivo, tomando o corpo-intérprete como um arquivo humano/digital em práticas discursivas *online*, como um lugar de escritorialidade, nosso gesto de leitura recupera a circulação de uma moção de repúdio (ilustrada na figura 4 a seguir), que possui a assinatura de seis entidades signatárias^[4], cuja postagem no *Facebook* foi realizada pela Feneis/SP em julho de 2016, como anunciamos na introdução deste texto.



Figura 4. Captura de tela realizada pelos autores.

Bastante frequente na contemporaneidade, a moção de repúdio, enquanto um texto de natureza política, que mobiliza rejeição acerca de um fato de interesse histórico-social, funciona como um gênero discursivo muito poderoso na internet - dada a rapidez com que circula, sua capacidade de atingir a um público vasto e dada a forma como ele pode ser registrado nas interfaces de *sites* e redes sociais. Na moção em destaque, repudia-se a circulação virtual de vídeos de ensino e de tradução/interpretação da Libras, tomando como pressuposto que a língua de sinais é utilizada por indivíduos surdos no Brasil “para se comunicarem entre si e com a sociedade majoritária ouvinte [...] diretrizes legais têm sido tomadas para que ela, enquanto língua natural, circule de modo a garantir a efetiva participação dos surdos na sociedade brasileira” (FENEIS-SP, 2016, s/p.).

No texto da moção, resgata-se ainda as diretrizes legais mencionadas, situando-as como políticas linguísticas conquistadas pela comunidade surda em parceria de professores, pesquisadores, familiares, intérpretes e outros profissionais cujo objetivo comum é “promover os direitos sociais da comunidade surda brasileira e a garantia de uso da Libras, pelas pessoas surdas, em todas as esferas da sociedade” (FENEIS-SP, 2016, s/p.).

Ao situar a Libras como língua destinada sobretudo ao uso pelos surdos, na promoção de sua participação plena nas diferentes esferas da sociedade, o documento relativiza o social da língua, fazendo repercutir a concepção da língua de sinais “como um processo e como um produto construído histórica e socialmente pelas comunidades surdas” (SKLIAR, 2015, p. 24). Tomada por esse pressuposto, a moção faz referência à necessidade de denunciar e repudiar “algumas práticas que circulam atualmente na internet, sobretudo na plataforma Youtube, que não se alinham aos interesses e à defesa dos direitos sociais da população surda” (FENEIS-SP, 2016, s/p.). Tais práticas são descritas no documento como:

[...] a gravação, divulgação e circulação de vídeos que: (I) vislumbram promover a imagem individual de pessoas físicas não reconhecidas pela comunidade surda; (II) de orientar a sociedade ouvinte sobre dúvidas em relação a Libras e a comunidade surda com base em informações equivocadas, não técnicas e científicas sem a legitimidade de pesquisas e de apoio das entidades representativas dos surdos, surdocegos e dos tradutores e intérpretes; (III) de ensino de Libras e de técnicas de tradução e de interpretação de textos específicos, sobretudo musicais, sem levar em consideração a participação dos surdos enquanto principais usuários dessa língua. (FENEIS-SP, 2016, s/p.).

No item III apresentado, a referência à interpretação de textos, com ênfase aos musicais, chamou nossa atenção, dada a grande quantidade de vídeos disponíveis no *Youtube*, que difundem a tradução em Libras de produtos musicais populares, em composições discursivas que contam, muitas vezes, com cenário, pano de fundo, transcrição em português. Nelas, a presença de um corpo-intérprete, como um arquivo humano/digital, produz diante da tela uma mistura multifacetada de linguagens e movimentos de um corpo que dança e emite os sinais, difundindo culturas híbridas para usuários surdos e ouvintes. Toda a especificidade de tais produções é silenciada na moção, que apenas destaca a ausência dos próprios surdos nesse processo.

A postagem da moção na *timeline* do *Facebook* da FENEIS-SP teve 73 curtidas, (dentre as quais, 8 decorrem do acionamento do mecanismo “amei” e 2 surgem do acionamento do recurso descrito como “uau” - que são próprios à configuração dessa rede social, como ilustramos na figura 5, se seguir), 5 comentários favoráveis (expressos por pequena oração, como “amei”, “perfeito”, etc) e 102 compartilhamentos



Figura 5. Captura de tela realizada pelos autores.

Um dos compartilhamentos, já apresentado como sequência enunciativa 1, na introdução deste texto, localiza-se no interior da mesma FD de que faz parte a Feneis, sobretudo no que diz respeito a um emprego da língua de sinais com base em “informações não técnicas”, em um uso que desconsidera o sujeito surdo. Tal aspecto é caracterizado pela usuária com a oração “não admite distorções ouvintistas”. O emprego do adjetivo nesse enunciado remonta à ideia de que as interpretações em Libras que circulam no *Youtube* funcionam, no posicionamento dela, como “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte” (SKLIAR, 2015, p. 15).

Devido às configurações de privacidade que são próprias ao *Facebook*, podemos visualizar somente 44 compartilhamentos. Em sua maioria, eles apenas replicam a moção em forma de anexo e, em 11 deles, o usuário o faz com alguma manifestação de opinião, todas elas que vão ao encontro do pressuposto compartilhado.

A fim de focalizar os dois lados do binarismo discursivo envolvido nessa questão, destinaremos nosso olhar para o único compartilhamento em que outros usuários da rede social se manifestaram, já que, nesses comentários é que temos acesso também a

posições contrárias. Trata-se da replicação da moção, realizada por uma usuária em 15 de julho, que acrescentava o seguinte texto: “Compartilhando novamente!!! Urgente e necessário! Compartilhem!!!”. Além das 9 curtidas, a postagem teve 8 comentários. Na figura 6, um deles:

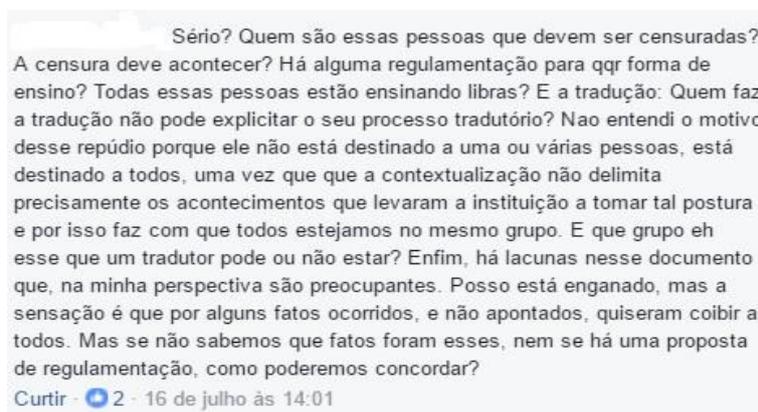


Figura 6. Captura de tela realizada pelos autores.

O sujeito que produz o comentário exibido na figura 6, representante de outra formação discursiva, convoca-nos, na ótica do que seguimos propondo e, em consonância aos objetivos deste texto, a refletir sobre a questão da legitimidade dos discursos e dos corpos que circulam na ordem do digital. Com uma série de perguntas retóricas, ele questiona, da seriedade do documento moção (“Sério?”), a quais são as pessoas físicas que devem ser, nas palavras do usuário da rede social, “censuradas”, bem como em que condições essa censura pode/deve ocorrer, indagando se existe alguma “regulamentação” ou “proposta de regulamentação”, enquanto um conjunto de medidas legais que possa reger o repúdio expresso na moção.

No rol das interrogações, o sujeito separa, pela categoria número-pessoal, a existência de pelos menos cinco grupos. O primeiro deles, marcado pela existência de um “nós”, figura como o grupo de intérpretes do qual ele faz parte – “isso faz com que todos estejamos no mesmo grupo”. O segundo grupo é formado por “essas pessoas/todas as pessoas”, que o usuário sugere serem os indivíduos cujos atos podem ter motivado a realização da moção, embora indague pela identidade deles (“quem são essas pessoas que devem ser censuradas?” e “todas essas pessoas estão ensinando libras?”).

Como terceiro grupo, o usuário menciona uma coletividade, na qual ele também se inclui, como podemos observar na silepse de pessoa empregada – “isso faz com que todos estejamos no mesmo grupo”. O quarto – conjunto do “quem?” – incorpora, pela

incerteza, qualquer pessoa (que pode incluí-lo ou não) que realize a tradução e tenha interesse em explicitar seu processo tradutório. Por fim, como quinto grupo, podemos situar o conjunto do vazio, como esse lugar, inaceitável e opaco, onde não se está claro quem tem ou não autorização de frequentar: “E que grupo eh esse que um tradutor pode ou não estar?”

Na circulação de vídeos de tradução/intepretação na língua de sinais no *Youtube*, no *Facebook*, ou em outra rede social em que permita esse compartilhamento do corpo-intérprete como um arquivo humano/digital, sugerimos a reflexão de que o mesmo está, como sujeito, inscrito em um Discurso de Escritorialidade, no entremeio de duas formas de legitimação: 1) de um lado, ele não pode ser autor porque não se inscreve no Discurso de Escrita, e sim no de Oralidade (pensando os processos de legitimação, ele não é autor). De outro lado, sua existência e circulação em vídeos com mais de 15 mil visualizações, por exemplo, podem lançar sim produtos com efeito de autoria, na medida em que se inscrevem na ordem do digital e, nesse lugar, não vale mais o mesmo processo de legitimação.

Nessas condições, o que o usuário da rede social, inscrito na formação discursiva de profissional tradutor/intérprete interroga, pode ser dizibilizado como um questionamento de outra ordem, com igual valor: quem é autorizado a dizer se o corpo-intérprete pode ou não ser autor na arriscada ordem do digital?

Dito isso, lançamos aqui o nascimento de uma ideia cuja reflexão buscaremos retomar em outros textos: o que pode ou não garantir essa legitimação vai depender da formação discursiva em que o corpo-intérprete se insere como sujeito. Nos termos da moção, assinada por entidades signatárias e veiculada pela Feneis-SP (2016), o sujeito que grava e divulga vídeos com as interpretações precisa atender a algumas condições de possibilidade para ser legitimado por esses órgãos, enquanto domínio de um Discurso da Escrita, para ter seu processo lido como detentor de um efeito-autor. São elas: a) deve ser reconhecida pela comunidade surda; b) deve usar informações técnicas e científicas com a “legitimidade de pesquisas e de apoio das entidades representativas dos surdos [...] e dos tradutores e intérpretes” (FENEIS-SP, 2016, s/p.) e deve “levar em consideração a participação dos surdos”. (FENEIS-SP, 2016, s/p.).

Algumas considerações

Neste texto, discutimos que os sujeitos inscritos nos espaços heterogêneos e multifacetados das mídias sociais digitais encontram, na rede, lugares específicos para produzir novas práticas comunicativas ou assumir novos papéis, novas posições, novos discursos. Embora concretas, essas possibilidades são cerceadas, como em qualquer outro espaço discursivo, ora por limitações próprias à interface virtual, ora por limitações advindas do encontro dos eixos poder/saber, enquanto uma condição elementar para a existência e a convivência do ser humano em qualquer espaço público.

Esse caráter restritivo, por um lado, e permissivo, por outro, são elementos que corroboram com o pressuposto foucaultiano de que, em toda sociedade e em qualquer tempo, a produção do discurso é, concomitantemente, “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2010b, p. 8-9).

No que se refere a esse movimento no *Facebook* e no *Youtube*, quando o pano de fundo é uma temática de tamanha relevância social, histórica e política como a surdez ou, dentro dela, quando se trata da importância e do papel exercido pelo que denominamos como corpo-intérprete de Libras, uma arena de disputa entre FDs ainda se mantém movediça, na histórica luta pelos direitos dos surdos no Brasil

Dos nossos ainda embrionários gestos de interpretação do discurso digital, com sua arriscada ordem de coerções, representações, produção de sentidos e reconfigurações, muitos ainda são os processos que reclamam (re)leituras, sobretudo discursivas, as quais favoreçam compreendermos melhor os territórios limítrofes e sempre reconfigurados de um ou outro discurso - de Oralidade, de Escrita ou de Escritorialidade - tanto quanto o que permeia o complexo feixe de relações de força que ainda binarizam sujeitos, discursos, corpos.

Nota de rodapé

[1] Nossos agradecimentos especiais às interlocutoras Juliana da Silveira (GEPOMI-UEM/UNIVÁS) e Kátia Alexandra dos Santos (FFCLRP-USP/UNICENTRO) que contribuíram com algumas das reflexões que realizamos em torno desse recorte, por ocasião do 4º Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (CIELLI) - evento realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), em junho de 2016.

[2] Uso da expressão que nomeia uma coleção, publicada pela Editora Forense Universitária, de textos, entrevistas e conferências de Michel Foucault.

[3] Em respeito à privacidade dos usuários, apagamos a foto e o nome de quem realizou os comentários exibidos nas imagens capturadas em todos os gestos analíticos deste texto.

[4] São elas a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Administração Regional do São Paulo (FENEIS São Paulo), a Associação de Professores Surdos de São Paulo (APSSP), a Associação de Surdos de São Paulo (ASSP), a Associação de Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais Brasileira do Estado de São Paulo (APILSBESP), o Sindicato dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa do Estado de São Paulo (SINTILSP) e a Federação Brasileira das Associações de Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils).

Referências

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. O que é, como se faz. – 56 ed. revista e ampliada - São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BARTON, David; LEE, Carmen. *Linguagem online: textos e práticas digitais*; tradução Milton Camargo Mota. 1 ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BARTOLO, J. M. As impressões do corpo – uma análise do corpo em ambientes virtuais. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, edição RCL 33 - Corpo, técnica, subjetividades, 2004, p. 305-322.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: março/2016.

_____. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: mar. 2016.

BUENO, José Geraldo Silveira. Surdez e multiculturalismo: considerações críticas. In: *Inclusão escolar e social: novos contextos novos aportes* / organizadores Lúcia de Araújo Ramos Martins, Glaucia Nascimento da Luz Pires, José Pires. – Natal, RN: EDUFRN, 2012, p. 99-112.

CAVALCANTI, Marilda do Couto. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. *DELTA [online]*. 1999, vol.15, n.spe, pp. 385-417. ISSN 1678-460X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501999000300015>.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. - Tradução Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

COURTINE, Jean Jaques. *Decifrar o corpo*. Pensar com Foucault. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.

DALLAN, Maria Salomé Soares. *Análise discursiva dos estudos surdos em educação: a questão da escrita de sinais*. –Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

FENEIS São Paulo. *Moção de repúdio*. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/notes/feneis-s%C3%A3o-paulo/mo%C3%A7%C3%A3o-de-rep%C3%BAdio/510524945813609>>. Acesso em: 15 set. 2016, às 8h.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. / Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010b.

_____. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010c.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Nietzsche, a Genealogia, a História. In: *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* / Michel Foucault; organização e seleção de textos, Manoel Barros de Motta; tradução, Elisa Monteiro. – 2 ed. -. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 260-281. (Ditos e Escritos; II).

GALLO, Solange. Da escrita à escritorialidade: um percurso em direção ao autor online. In: RODRIGUES, Eduardo Alvez; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade. (Orgs.). *Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. – Campinas: Editora RG, 2011, p. 411-423.

_____. Autoria: função do sujeito e efeito de discurso. In: TASSO, Ismara (Org.). *Estudos do Texto e do Discurso: interfaces entre Língua(gens), Identidade e Memória*. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 205-214.

_____. *Discurso e novas tecnologias de informação*. (2012). Disponível em: <http://solangegallo.blogspot.com.br/2012_08_01_archive.html>. Acesso em: 03 fev. 2016.

_____. Processo de Legitimação no Discurso de Escritorialidade. In: *VII SEAD: Análise do Discurso e sua História: avanços e perspectivas, 2016*, Recife. Anais do VII SEAD - Simpósio VI Discurso, Virtualidade e Tecnologias. Recife: Ed. UFPE, 2016, p. 1-8.

GIORDANI, Liliane. Educação inclusiva na educação de surdos: o que se permite entre a política oficial e o movimento social? In: *Educação de surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda* / Lucyenne Matos da Costa Vieira – Machado, Maura Corcini Lopes, organizadoras. – 1. ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, p. 68-80.

KELMAN, Celeste Azulay. Multiculturalismo e surdez: respeito às culturas minoritárias. In: LODI, Ana Claudia Balieiro (Org.); MELO, Ana Dorziat B. (Org.); FERNANDES, Eulália (Org.). *Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos*. 2ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015, p. 49-69.

LIMA, Venâncio A. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio, 2004..

LODI, Ana Claudia Balieiro; ALMEIDA, Elomena Barbosa de. Gêneros discursivos da esfera acadêmica e práticas de tradução-interpretação Libras-português: reflexões. *Tradução & Comunicação*. Revista Brasileira de Tradutores. Nº 20, ano 2010. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/20000.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2016, às 04h.

LOPES, Maura Corcini. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. – 7 ed. - Porto Alegre: Mediação, 2015, p. 103-119.

Recebido em 28/08/2016

Aceito em 04/12/2016.